

O que vive e o que está morto na teoria marxista da história

VIVEK CHIBBER*

Introdução

Aproximadamente na última década, o debate sobre a teoria marxista da história parece ter perdido força. Isto não é algo inteiramente surpreendente, considerando a enorme energia investida nessa questão durante cerca de um quarto de século – nenhum debate pode durar eternamente. Ao mesmo tempo, calmarias como essa podem ser interpretadas como uma oportunidade para um escrutínio, por assim dizer.¹ Isto é particularmente verdadeiro no que concerne ao debate sobre o materialismo histórico, já que essa é uma área na qual seus protagonistas seguiram meticulosamente o fio da meada de seus argumentos e se esforçaram para manter clareza. Na realidade, é possível mapear a extensão em que determinadas proposições sobreviveram ao escrutínio, bem como argumentos opostos se mantiveram firmes. Grande parte do crédito por ter instilado essa cultura nos debates marxistas é de G. A. Cohen, cujo livro *Karl Marx's Theory of History: a Defence* quase que por si só elevou a qualidade dos argumentos sobre o tema.² De fato, a

* Professor da New York University (vivek.chibber@nyu.edu). Texto original: What Is Living and What Is Dead in the Marxist Theory of History, *Historical Materialism*, Leiden, Brill, n.9, v.2, 2011, p.60-91. Tradução de Leonardo Schiocchet (PPGA/UFF); revisão da tradução de Angela Lazagna.

1 Gostaria de agradecer a Charles Post, Erik Wright e Robert Brenner por seus extensos comentários a versões anteriores deste artigo, bem como ao comitê de *Historical Materialism*. Agradecimentos especiais a Sebastian Budgen, por me persuadir a tirar este artigo da gaveta para a sua publicação. Para um bom resumo do debate desde os anos de 1990, ver Callinicos (2004).

2 Cf. Cohen (1978).

recente publicação de uma nova edição desse livro é um momento oportuno para indagar sobre o lugar da teoria hoje.³

O livro de Cohen não é notável apenas pela clareza e pela força do seu argumento. Ele também tem o mérito de ressuscitar uma versão do materialismo histórico que, no final da década de 1970, caiu em descrédito. Naturalmente, estamos nos referindo à versão ortodoxa da teoria – tal qual elaborada por Engels em *Anti-Dühring* e popularizada, sobretudo, por Plekhanov na virada do século – que designa as forças produtivas humanas como o motor da história. Durante mais da metade do século XX, o materialismo histórico ortodoxo foi considerado uma interpretação natural das alegações um tanto vagas de Marx para sustentar uma teoria definitiva do desenvolvimento histórico. Ele se tornou senso comum tanto para marxismo oficial quanto para o dissidente. Foi apenas na década de 1960 – em parte devido à influência do maoísmo, em parte em virtude da celebração aos recentes movimentos anticolonialistas – que essa teoria passou a ser criticada, não apenas pelo *mainstream*, mas também pela nova esquerda. O materialismo histórico determinista-tecnológico foi então contraposto a uma versão que elevava a luta de classes a uma posição de primazia. Os teóricos que ganharam popularidade entre a nova esquerda – Althusser, Gramsci, Habermas, dentre outros – subestimaram sistematicamente a importância das forças produtivas, ao passo que elevaram a importância dos conceitos de classe e de luta de classes no cerne do materialismo histórico. Portanto, quando *Karl Marx's Theory of History* foi lançado, a versão do materialismo histórico anunciada no livro havia decididamente caído em descrédito junto a esse público.

O efeito imediato do trabalho de Cohen foi um novo sopro de vida ao materialismo histórico ortodoxo – uma conquista, em si mesma, impressionante. Mas a clareza com a qual Cohen apresentou seu argumento também teve o efeito, como era de se esperar, de revelar as falhas da sua da teoria. Examinaremos tais falhas em breve, com certo detalhe. Por ora, o ponto a ser observado é que, dada a evidência dessas falhas, o materialismo histórico ortodoxo não recuperou seu *status* como a interpretação natural da teoria marxista da história. Muito pelo contrário: a versão da luta de classes do materialismo histórico recebeu seu próprio impulso, primeiramente através do trabalho do historiador Robert Brenner. No início, o questionamento de Brenner foi indireto. Em uma série de artigos muito influentes, Brenner desenvolveu um relato da transição europeia do feudalismo ao capitalismo que dependeu muito pouco do mecanismo explicativo central ao materialismo histórico ortodoxo.⁴ Não foi a exigência do desenvolvimento das forças produtivas que direcionou a transição, mas sim o resultado contingente do conflito entre senhores e camponeses. Logo a seguir, Brenner emite em dois trabalhos um desafio direto, tanto a Cohen quanto ao determinismo tecnológico, sustentando não apenas que a teoria era inválida, senão que ela poderia não ser nem mesmo aquela que Marx

3 Cf. Cohen (2002).

4 Estes estão contidos em Ashton; Philpin (1985).

subscreeva nos seus últimos anos.⁵ Concomitantemente aos questionamentos de Brenner, surge uma série de críticas ao trabalho de Cohen, o que minou ainda mais a confiança na versão tecnológico-determinista do materialismo histórico por ele desenvolvida.⁶ Assim, no final da década de 1980, os debates sobre a teoria da história começam a se aglutinar em torno de dois polos – o materialismo histórico ortodoxo e a versão da luta de classes – cada qual reivindicando algum grau de fidelidade aos esparsos comentários de Marx sobre o assunto, e assentando-se, cada um deles, em argumentos cuidadosamente elaborados.

Neste ensaio, proponho um balanço das mais recentes tentativas de superar o impasse dentre as diferentes versões do materialismo histórico. As tentativas em questão são as de Alan Carling e as de Erik Wright, Andrew Levine e Elliott Sober.⁷ O que faz com que os trabalhos desses autores sejam interessantes é o fato de reconhecerem em Brenner e em Cohen dois modelos opostos de materialismo histórico e desenvolverem – explicitamente (Carling) ou implicitamente (Wright, Levine e Sober) – argumentos presentes no debate Cohen-Brenner. Esses trabalhos reconhecem os desafios colocados por Brenner à versão ortodoxa do materialismo histórico e se empenham em modificá-la no sentido de torná-la imune às críticas consideradas. No caso de Carling, isto é realizado através da apresentação do que ele alega ser uma fusão dos dois modelos, uma reconciliação genuína; no caso de Wright, Levine e Sober, o que é oferecido não é tanto uma fusão, mas uma versão mais fraca do materialismo histórico de Cohen, mais modesta em suas reivindicações e, segundo nosso entendimento, capaz de acomodar as críticas feitas à versão de Cohen. Argumentarei que, enquanto as duas tentativas de resgate obtêm algum sucesso, no final elas vacilam em uma das seguintes formas: ou simplesmente falham em convencer, ou enfraquecem de tal modo as alegações da teoria, que esta acaba perdendo o seu sabor caracteristicamente marxista. Esse segundo caso equivale a um veredito favorável a uma versão alternativa do materialismo histórico, baseada na luta de classes ou nas relações de propriedade.

Os dois componentes do materialismo histórico

O fato de duas interpretações do materialismo histórico se reunirem em torno das relações de propriedade e do desenvolvimento propulsor das forças de produção não é mera coincidência. Com efeito, tais interpretações recorrem a dois componentes distintos da teoria propriamente dita. A teoria marxista da história consiste, na realidade, em duas subteorias analiticamente distintas: uma teoria das *formas sociais* e uma teoria das *transições*⁸ de uma forma a outra. A primeira

5 Para o primeiro escrito, ver Brenner (1986). Para o segundo, Brenner (1989).

6 Ver, *inter alia*, Wright; Levine (1980); Katz (1989); Rigby (1987); Martin (1983).

7 Os trabalhos relevantes são: Carling (1991); Carling (1993); Wright; Levine; Sober (1993).

8 Utilizarei aqui de forma intercambiável, por exemplo, “teoria das transições” ou “teoria da transição”, respectivamente, conforme o uso do autor, ora no plural (*theory of transitions*) ora no singular (*theory of transition* ou *transition-theory*). (N.T.)

preocupa-se, fundamentalmente, com a individuação dos diferentes tipos de sistemas sociais ou modos de produção; a segunda tem como objeto o mecanismo pelo qual a história se move por meio dos modos de produção. A teoria das formas sociais é claramente considerada uma base⁹ para a sua prima mais ilustre: ela tem a função de identificar os tipos sociais individuais que habitam a história, de analisar sua dinâmica interna e, finalmente, de registrar sua sequência. Uma vez que esse trabalho preparatório é concluído, a teoria das transições históricas entra em cena para prover uma explicação para a sequência geral dos modos de produção que foram identificados. Esta última se dedica, fundamentalmente, à explicação dos mecanismos que começam a operar assim que um modo de produção mergulha na sua crise final e que governam, portanto, a consolidação do novo modo.

A teoria das formas sociais

Os marxistas afirmam que a história pode ser dividida em épocas ou períodos distintos e que cada época possui sua dinâmica econômica característica – ou “leis de movimento”. Os mecanismos que geram essas diferentes dinâmicas, e que têm a função de definir uma época em relação à outra, são os conjuntos de relações de propriedade – relações de produção – predominantes. As relações de propriedade também constituem a base das relações de classe.

A microdinâmica das relações de produção

No nível micro, as relações de produção estabelecem o que Brenner denominou “regras de reprodução” para os agentes individuais. Os agentes fazem o que fazem porque as relações de propriedade, por definição, governam a distribuição dos meios de produção¹⁰ em uma dada ordem social. Os meios possuídos pelos agentes sociais determinam as estratégias que estão ao seu alcance para a reprodução individual. Erik Wright vai ao âmago da questão quando afirma que “o que você possui determina o que você deve fazer” para ganhar a vida.¹¹ Este é um argumento estrutural forte, ou seja, seria possível prever, ainda que num plano bastante genérico, que as escolhas reprodutivas são feitas pelos agentes com base nos meios à sua disposição. Um produtor rural com direitos garantidos sobre sua terra provavelmente assumirá uma estratégia econômica diferente da assumida por um produtor que foi desprovido desses direitos, e assim por diante.

As relações de propriedade não produzem automaticamente as relações de classe. Elas o fazem apenas quando atribuem o poder sobre os meios de maneira

9 Do original *under-labourer*. O autor parece referenciar o conceito de Locke, para quem “*under-labourer*” não é tanto um trabalhador subordinado, mas alguém que realiza um trabalho que serve de base para outros. Locke define o próprio filósofo como um “*under-labourer*” (ou trabalhador de base), que trabalha “removendo um pouco do lixo que se coloca no caminho ao nosso conhecimento”. Tradução livre de Locke (1975, Book IV cap. II, p.10). (N.T.)

10 *Productive assets*, no original em inglês. (N.T.)

11 Wright (2005).

desigual, de sorte que um grupo de agentes possa impor suas demandas às atividades produtivas de outro grupo.¹² Quando o grupo anterior consegue de fato viver das demandas impostas ao trabalho desse último, os marxistas definem esta relação como uma relação de exploração e, portanto, uma relação de classe. O fato de que os meios de produção sejam distribuídos de forma desigual significa que uma classe *tem a capacidade de [can]* explorar a outra; a *enumeração* precisa destes direitos determinará, por sua vez, *como* uma classe explora outra. Exemplificando, o fato de os donos de terras no feudalismo gozarem de direitos superiores, mas não absolutos, sobre a terra significa que eles têm a capacidade de *[can]* arrogar parte do trabalho dos seus arrendatários na forma de renda; mas, pelo fato de suas arrogações não serem absolutas, e em virtude de os camponeses também possuírem direitos parciais sobre a terra, devido aos costumes, os senhores devem exercer a ameaça da força física para concretizar suas arrogações. Isto contrasta com os direitos dos proprietários de terras no capitalismo, que gozam de direitos exclusivos sobre a terra; neste caso, as ameaças físicas tornam-se redundantes para que se faça cumprir a arrogação pela renda, já que a expulsão de camponeses se torna uma opção muito mais concreta. A “renda” é, portanto, comum ao feudalismo e ao capitalismo, mas é extraída nos dois sistemas por meio de mecanismos bastante diferentes. Um tipo particular de luta de classes gera, portanto, um regime de exploração correspondente.

Quando o acesso aos meios de produção se dá por meio de uma distribuição desigual, esta não apenas confina os agentes numa relação interdependente e exploratória, senão, ao fazê-lo, assegura que a relação seja fundamentalmente conflituosa. O cumprimento dos direitos de propriedade sempre traz consigo algum tipo de dominação política – seja no âmbito da produção, seja na esfera institucional, onde os direitos à propriedade são assegurados. Esta dominação – a usurpação forçada de parte do produto social – gera, por conseguinte, resistência por parte das classes produtoras. Isto, por sua vez, obriga as classes dominantes a assegurarem sua dominação política sobre os produtores como uma precondição para a sua exploração – o que confina os grupos em um conflito contínuo. Embora os marxistas tenham demorado em reconhecer isto, a teoria das formas sociais está comprometida com algum tipo de antropologia filosófica – uma descrição mínima da natureza humana – que deve incluir a suposição de que os agentes têm interesse na autonomia. Sem o comprometimento com a autonomia como um impulso humano fundamental, é impossível justificar a ideia – a qual os marxistas certamente se apegam – de que a exploração necessariamente gera resistência e, em virtude disso, a luta de classes.

12 O elemento da coerção é, a meu ver, necessário para que qualquer relação seja apreendida como uma relação de classe. Transferências puramente voluntárias – doações, presentes etc. – não são consideradas exploratórias. São consideradas relações de classe apenas se se descobrir que sua natureza voluntária é um pretexto ideológico e que elas ocorreram de forma sistemática.

A luta de classes desempenha um duplo papel na teoria da história. Por um lado, constitui um eixo fundamental do conflito político em qualquer formação social.¹³ Por outro, cria os meios pelos quais as sociedades se deslocam de um conjunto de relações de propriedade a outro – é o mecanismo que propulsiona a história adiante. Isto não deveria causar surpresa. A luta de classes diz respeito às condições nas quais os atores asseguram os meios de produção – a segurança dos seus direitos de propriedade, o tom e o nível da exploração etc., sendo um corolário natural que tais conflitos também deveriam conduzir a mudanças na estrutura da própria propriedade. É o que muitos marxistas enfatizaram ao longo do século passado. É uma contribuição de Brenner ter corretamente afirmado, tal como entendo, que até o advento do capitalismo todas as outras transições foram consequências *não intencionais* da defesa dos direitos de propriedade *existentes*.¹⁴ As transições, por sua vez, foram catalisadas por profundas crises econômicas, durante as quais os meios normais de extração dos excedentes¹⁵ sucumbiram, aumentando repentinamente o nível de conflito entre produtores e proprietários. A resolução da crise – a reemergência de uma extração estável do excedente – não necessariamente resulta em novas relações de propriedade, mas engendra um intervalo para que as transformações de tais períodos aconteçam. Se elas acontecerão ou não, será um resultado contingente da luta de classes.

A teoria das transições

A teoria das formas sociais faz algumas afirmações um tanto incisivas sobre a dinâmica interna de um período histórico e sobre o mecanismo por meio do qual as novas formas sociais surgem. O que ela tem a dizer sobre as transições entre uma época e outra é, entretanto, essencialmente correto: que tais transições são provocadas pela luta de classes. Essa teoria tem muito pouco a dizer sobre as características substantivas da transição e, especificamente, sobre a nova forma social. Como ela será, quais serão suas características estruturais depende de qual classe garantirá, em última instância, a hegemonia subsequente a uma crise geral do sistema. Portanto, a sequência real das formas sociais não pode ser prevista

13 Esta é uma alegação um tanto controversa, mesmo entre os marxistas. Alguns têm alegado que a luta de classes não deve ser privilegiada como estando acima de outros conflitos, enquanto outros mantêm que esta ocupa um lugar exclusivo. Para os objetivos deste ensaio, não importa qual das duas alegações é correta. Mas vale ressaltar que, mesmo para os defensores da alegação mais fraca, o conflito de classe talvez possa não ser o conflito central, mas deve estar entre aqueles considerados como centrais à dinâmica de uma formação social. Os marxistas devem se comprometer em considerar isto como *uma* clivagem fundamental, se não a mais importante.

14 Comparemos isto à narrativa de Paul Sweezy sobre a ascensão do capitalismo, na qual, mais ou menos conscientemente, os senhores mudam para novas relações de produção de forma a acumular mais rendimentos. Ver sua contribuição ao famoso debate Dobb-Sweezy, em Hilton (1976).

15 O conceito marxista de mais-valia é traduzido para o inglês como *surplus-value*. Aqui, o autor usa simplesmente o termo *surplus*, que optei por traduzir como excedente – tal como sugere o sentido mais geral do termo em inglês. (N.T.)

somente com base nesta teoria, já que ela ressalta as contingências da luta de classes.

É quando a teoria das transições intervém. Esse componente do materialismo histórico indica especificamente o momento da transição entre um modo de produção a outro. Sua principal função é estipular um conjunto de condições que *compila* a transição a um novo modo de produção. Seja qual for o conjunto de relações de produção que emerge como a nova forma dominante – independentemente da classe que estabelece sua dominação –, este deve exibir nessa teoria certas propriedades. Com efeito, de acordo com a teoria clássica, a classe sucessora é, de fato, compelida apenas por *um* atributo particular: ela deve ser a classe que controlará o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Em qualquer conjuntura histórica, isso limita drasticamente o leque dos candidatos que podem substituir uma formação social em crise. A inflexibilidade dessas imposições depende dos limites nos quais essas condições operam, depende do rigor interpretativo da teoria. Na sua versão mais fraca, a teoria simplesmente prevê que o novo modo de produção *preservará* o nível de desenvolvimento estimulado pelo anterior; na sua versão mais forte, afirma que a classe que estabelece sua dominação será aquela adequada para o desenvolvimento *mais rápido* das forças produtivas. Assim, o debate no interior do materialismo histórico é, fundamentalmente, sobre o quão rigorosamente a teoria pode defender uma alegação.

O termo “materialismo histórico” tem, ao longo do século XX, abarcado de forma pouco precisa ambas as teorias que acabei de apresentar. Para muitos dos marxistas da Segunda Internacional em diante, houve uma divisão do trabalho fundamental entre os seus dois componentes. A teoria das formas sociais está essencialmente relacionada à individuação dos diferentes tipos de sistemas sociais ou modos de produção – esta identifica suas distintas relações de produção, mostra suas “leis motrizes” e as formas específicas da luta de classes para cada tipo, bem como a maneira segundo a qual a luta entre as classes conduz uma ordem social ao fracasso e à ascensão da ordem subsequente. A teoria das transições tem a função de explicar a não arbitrariedade das transições entre os modos de produção, num sentido muito específico: o modo de produção que substitui o anterior não é simplesmente determinado pelos caprichos da luta de classes, mas é imposto pelas exigências funcionais das forças produtivas. Estas imposições são o que confere certa lógica ao curso da história. A história não é simplesmente impulsionada pelas contingências da luta de classes. A resolução dos conflitos de classe em certas conjunturas-chaves – a saber, quando as formações sociais entram em crise – é em si governada pelas exigências das forças produtivas. A classe que ganha, que estabelece sua dominação, é aquela que se submete a essas exigências. Por conseguinte, as classes que *vencem* em momentos-chaves *são* as mais adequadas à tarefa. Isto significa, afinal, que existe um determinismo razoavelmente forte em relação à trajetória da história humana. Se fosse para ser recriado a partir de algum ponto de partida, o caminho do referido desenvolvimento seria, no que lhe

é relevante, similar, ou mesmo idêntico, a algum outro considerado nesta iteração particular. A história é, neste sentido, governada por leis.¹⁶

O que está em jogo

É possível agora reconhecer o que está em jogo no debate acerca do materialismo histórico. A questão central parece ser qual dos dois componentes do materialismo histórico deve sustentar o peso explicativo inicial: a teoria das formas sociais ou a teoria das transições? Isto, por sua vez, parece depender dos limites impostos pelas exigências das forças produtivas sobre as novas relações de produção. Quanto mais fortes as exigências, menor o papel da luta de classes para explicar a mudança de um período a outro.

Na sua versão mais forte, a teoria das transições afirma que as exigências funcionais das forças produtivas são tão fortes que, quando os modos de produção entram em crise, o leque das possíveis relações de produção que os sucederão pode ser reduzido a apenas *um* – o mais adequado para o desenvolvimento das forças produtivas. Como veremos, esta parece ser a interpretação oferecida por Cohen. Em seu materialismo histórico estritamente ortodoxo, uma vez que o conjunto das relações de produção “A” entra em crise, os candidatos para a sucessão das relações de produção são reduzidos a apenas um – o conjunto “B”, já que este é o mais adequado ao desenvolvimento das forças produtivas. A luta de classes é o mecanismo que acarreta a transição para “B”, mas o fato de “B” seguir-se a “A” é, de certa forma, inserido [*hard-wired*] no sistema. A explicação de porque o modo de produção “B” segue-se ao modo “A” não precisa mencionar os detalhes relativos à luta de classes. A explicação de por que “B” – e não os conjuntos de relações de produção “C” ou “D” – segue-se a “A” está relacionada aos efeitos benéficos de “B” para as forças produtivas. Observemos que nesta versão do materialismo histórico cada um dos dois componentes atua numa dimensão distinta: a teoria das formas sociais explica a dinâmica *no interior* de uma forma social, enquanto a teoria da transição explica a dinâmica *de* uma forma social à outra.

Consideremos agora as consequências se fizermos exigências menos estritas. Uma alegação mais fraca para a teoria das transições considera que as relações de produção que podem substituir aquelas dominadas pela crise não são as *melhores* para o futuro desenvolvimento das forças produtivas, mas simplesmente as mais *adequadas* para o seu *desenvolvimento contínuo* – mesmo que seja num nível mais baixo do que o nível máximo. O potencial sucessor das relações de produção em uma conjuntura histórica particular agora se amplia de um conjunto a vários. Observemos como isto afeta o peso que cada componente do materialismo histórico possui. Suponhamos que estamos preocupados em explicar a transição da forma

16 Não é minha intenção que isto seja considerado um convite para um debate sobre as leis do desenvolvimento histórico. Apenas tentei explicar o que os marxistas querem dizer quando se referem à existência de tais “leis”.

social “A” à forma “B”, exatamente como no parágrafo precedente. Na versão mais exigente da teoria da transição, assim como delineado no parágrafo anterior, o fato de “B” seguir-se a “A” foi inserido [*hard-wired*] no sistema, já que “B” era, de fato, o conjunto de relações de produção mais adequado ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas ao renunciarmos esta suposição, os potenciais sucessores de “A” se ampliam de modo a incluir não apenas “B”, mas também “C” e “D”, considerando que estes últimos também promovem o desenvolvimento contínuo das forças produtivas – mesmo que em níveis inferiores àquele acarretado por “B”. A luta de classes agora começa a sobressair como uma explicação sobre qual conjunto de relações de produção surge após a derrocada de “A”. Nesta versão menos exigente da teoria das transições, o conjunto de relações de produção que de fato termina sucedendo “A” *dependerá dos fatos* acerca da luta de classes. Pode ser o conjunto “B”, dependendo de quais classes se encontrem mais bem organizadas e consigam vencer as outras classes; também pode ser o conjunto “C” ou “D”. As exigências funcionais das forças produtivas explicam agora apenas o *alcance* das potenciais relações de produção que podem suceder “A”; aquela que *efetivamente* suceder “A”, a partir do referido leque de possibilidades, é algo a ser explicado pela luta de classes. O poder explicativo da luta de classes – e, portanto, da teoria das formas sociais – foi consideravelmente expandido.

À medida que continuamos a enfraquecer as restrições que a teoria da transição impõe ao processo de transição, o peso explicativo da teoria das formas sociais proporcionalmente aumenta. À medida que reduzimos as exigências das forças produtivas às relações de produção que se seguem, a explicação para quais relações de produção que, de fato, substituirão aquelas em declínio dependerá mais dos detalhes da luta de classes, e menos da relação governada por uma lei [*law-like*] entre forças produtivas e relações de produção. O leque dos possíveis “futuros” em qualquer período nodal que caracterize a transição de uma forma social à outra aumenta consideravelmente; isto significa, de maneira decisiva, que o poder do materialismo histórico enquanto teoria da história *geral* também se enfraquece. Ela pode explicar *post hoc* por que a história humana acabou acontecendo da forma como aconteceu; mas não é capaz de estabelecer um argumento sólido de que a história *tinha* que tomar o curso que de fato tomou. Se os movimentos de classe e as dinâmicas organizacionais forem diferentes, a sequência das formações sociais também será e, por conseguinte, nestas condições, a trajetória geral da história também será diferente.

Estas são as implicações para o materialismo histórico se os argumentos favoráveis a uma teoria forte da transição não encontrarem uma justificativa segura. O ponto crucial é examinar a seguir se existe alguma razão para acreditarmos que as exigências funcionais das forças produtivas possuem a capacidade [*can*], à medida que a história avança, de exercer imposições fortes à emergência de novos tipos de relações de produção. Examinaremos, além disso, quais argumentos foram desenvolvidos – por Cohen, Carling e Wright, Levine e Sober – de modo

a amparar a versão ortodoxa do materialismo histórico que afirma que as forças produtivas de fato exercem tal poder. Cohen e Carling tentam defender a versão mais ambiciosa do argumento, segundo a qual as exigências das forças produtivas às relações de produção se encontram em sua definição mais estreita. Wright, Levine e Sober, reconhecendo a dificuldade desses argumentos, contestam-nos ao enfraquecerem a alegação, e ao apresentarem um materialismo histórico que possui uma teoria das transições menos ambiciosa. Mostrarei que Wright, Levine e Sober estão corretos em seu pessimismo em relação ao gambito de Cohen – nem ele nem Carling conseguem defender de maneira convincente a plausibilidade do materialismo histórico ortodoxo. Mas o remédio buscado por Wright, Levine e Sober tem seu preço. Sua versão menos ambiciosa do materialismo histórico é certamente mais plausível, mas nela o peso explicativo é visivelmente deslocado da teoria da transição para a teoria das formas sociais. Desse modo, embora anunciem seu argumento como uma versão defensável do materialismo histórico ortodoxo, esta é, na verdade, uma versão que não pode senão depositar seu peso em uma teoria das formas sociais – e não em uma teoria da transição. Sendo assim, é mais provável que ela seja uma alternativa ao materialismo histórico ortodoxo, ao invés da sua encarnação. Para todos os propósitos práticos, somos deixados com uma versão da “luta de classes” da história.

O materialismo histórico ortodoxo de Cohen

A apresentação rigorosa de G. A. Cohen de um materialismo histórico ortodoxo provocou uma verdadeira avalanche de respostas. A maioria delas questionou – de forma bastante convincente – a defensibilidade da teoria à maneira que Cohen a desenvolve. Descreverei, portanto, seu argumento de forma resumida, apresentando prontamente suas fragilidades, já que não direi nada de particularmente novo. Esta seção se define mais como um exercício de limpar o terreno, cuja intenção é estabelecer o fundamento para aquilo que é central nesse ensaio, ou seja, um exame das tentativas de Carling e Wright, Levine e Sober de salvar a teoria.

- (I) Também é mérito de Cohen o fato de ter enunciado, mais claramente do que qualquer um antes dele, o que exatamente está implicado no materialismo histórico ortodoxo. A teoria tem sido convencionalmente descrita como sendo composta pelas seguintes teses: a tese do desenvolvimento: as forças produtivas têm uma tendência autônoma a se desenvolver por meio da história.¹⁷

17 Cohen observa corretamente que se as forças produtivas possuem uma tendência autônoma ao desenvolvimento, isto não deve ser confundido com a alegação de que as forças produtivas têm uma tendência a se desenvolver autonomamente. A última interpretação pode sugerir que as forças produtivas se desenvolvem independentemente das relações de produção nas quais estão incorporadas. Isso é impossível de sustentar, já que, como observamos acima, a estrutura dos incentivos aos produtores é estabelecida pelas relações de produção nas quais eles se encontram. As estratégias reprodutivas que eles escolhem são, portanto, respostas às relações de produção, e são

A capacidade de se desenvolver desta maneira sugere um determinado poder que não apenas se mantém independentemente das estruturas sociais e das circunstâncias, mas de fato se mantém *acima* delas. Como Cohen argumenta, este poder independente das forças produtivas parece se apoiar no artifício de que a mudança social raramente envolve uma regressão no nível das forças produtivas sociais.¹⁸ Com efeito, parece que as estruturas sociais conectadas à produção tendem, na sua totalidade, a ser propícias ao desenvolvimento das forças produtivas. Cohen sugere que disto se pode arriscar uma nova assertiva, como se segue:

(II) A tese da primazia: a natureza das relações de produção em uma sociedade é explicada pelo nível das suas forças produtivas.

Na interpretação de Cohen, essa assertiva envolve um compromisso com a presença de uma relação funcional entre forças produtivas e relações de produção: estas são selecionadas com base na sua funcionalidade para o desenvolvimento das forças produtivas. Antes de iniciarmos a discussão sobre as vantagens dessa teoria, devemos notar que a tese da primazia enunciada por Cohen necessita ser ampliada. Tal como se encontra, a teoria de Cohen afirma que as relações de produção que emergem na transição a um novo modo de produção são propícias para o desenvolvimento das forças produtivas. Mas pode haver, a qualquer momento, uma variedade de relações de produção que são adequadas a esta função. Não pode ser suficiente para o materialismo histórico ortodoxo que as forças produtivas selecionem, sem uma especificação subsequente, qualquer uma destas relações de produção rivais. Como sublinham Wright, Levine e Sober, seria irracional para os atores sociais, na hipótese de Cohen, escolher relações de produção que sejam menos ótimas para o desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, Cohen afirma que as forças produtivas explicam as relações de produção *existentes* num modo de produção. E, se o mecanismo de seleção não for otimizador, tudo aquilo que ele pode explicar é que as relações de produção selecionadas não travam as forças produtivas; em outras palavras, tudo o que se pode dizer com segurança é que as forças produtivas poderiam selecionar quaisquer relações de produção que não travem o seu desenvolvimento. A teoria não poderia explicar por que *este* conjunto de relações de produção foi de fato selecionado, o que na verdade é o

essas estratégias que desenvolvem as forças produtivas. Ao escolher a primeira explicação, Cohen não está argumentando que as forças produtivas se desenvolvem autonomamente em relação às relações de produção, mas, ao invés disso, que as relações de produção que persistem, assim o fazem em virtude do seu efeito benéfico às forças produtivas. Portanto, as forças produtivas se desenvolvem por causa das relações de produção, mas, se relações de produção que não desenvolvem as forças produtivas fossem adotadas, elas seriam descartadas a favor de outras mais compatíveis. É por causa desse poder de selecionar relações de produção adequadas que podemos apreender as forças produtivas como possuindo uma tendência autônoma ao desenvolvimento. Ver Cohen (1988, cap. 5).

¹⁸ *Stylised facts*, no original em inglês. (N.T.)

que a teoria deve fazer (Cohen, 1978, p.170-171).¹⁹ Assim, devemos adicionar uma terceira tese à teoria:

- (III) A tese da otimidade:²⁰ as relações de produção selecionadas pelas forças produtivas são aquelas ótimas para o subsequente desenvolvimento das forças produtivas.

O materialismo histórico ortodoxo afirma, pois, que as relações de produção de qualquer modo de produção persistem porque são ótimas para o desenvolvimento das forças produtivas. Para que este argumento tenha alguma força, não basta observar que as relações de produção que triunfam em um novo modo de produção são as melhores no sentido especificado mais acima; também é necessário demonstrar que elas são selecionadas *porque* são ótimas e que não resultariam de uma feliz coincidência. Isto exige que os partidários do materialismo histórico ortodoxo proponham um mecanismo capaz de operar esse tipo de distinção. Tal mecanismo requer a presença de algum fator, cuja função seja escrutar o conjunto existente das possíveis relações de produção e selecionar aquele mais adequado para desenvolver ainda mais os poderes produtivos [*productive powers*] da sociedade. Na ausência de tal mecanismo, o materialismo histórico não possui uma teoria da história. Possui apenas uma maneira de classificar o curso que a história tomou e pode apontar somente que a história *se desenvolveu* dessa maneira, e não que *tinha que se desenvolver* assim. O debate sobre o materialismo histórico desde a publicação do livro de Cohen tem, de maneira clara, focado a plausibilidade dessa suposição.

A seleção de um objeto com base na sua funcionalidade pode se amparar em dois tipos gerais de mecanismos: um intencional, e outro que pode ser chamado de darwiniano. O primeiro depende da possibilidade de uma seleção consciente feita com base nos efeitos do objeto em questão. O segundo depende da eficácia da circularidade do *feedback* que conecta os efeitos do objeto às chances de sua reprodutibilidade, de sorte que, com o tempo, apenas aqueles objetos que possuem os atributos que produzem o efeito apropriados sobreviverão. Os mecanismos intencionais podem ser divididos em dois tipos: 1) conspiratório, segundo o qual os atores selecionam as instituições por intermédio de algum tipo de deliberação coletiva, e 2) não conspiratório, segundo o qual as decisões são tomadas individualmente e reunidas de acordo com um padrão social. Certas caricaturas do marxismo clássico apresentaram, em algumas ocasiões, a transição ao socialismo como a seleção de novas forças produtivas por meio de um tipo de conspiração da classe trabalhadora – uma versão do primeiro tipo de explicação intencional. Mas, mesmo que essa explicação possua um grão de plausibilidade para a previsão do

19 A importância dessa questão foi primeiramente reconhecida por Wright; Levine (1980), e foi mais bem desenvolvida em Wright, Levine; Sober (1993, p.31-32).

20 *Optimality-thesis*, no original em inglês. (N.T.)

conflito no capitalismo, seria muitíssimo estranho considerá-la um modelo geral para as transições modais. Mecanismos não conspiratórios, ao contrário da sua contraparte, geralmente assumem a forma de algum tipo de explicação estrutural e são, portanto, mais plausíveis. Os atores são considerados possuidores de um conjunto de preferências e as instituições sociais são por eles selecionadas na medida em que se encaixam ao ordenamento da sua preferência [*preference-ordering*]. Neste caso, a preferência seria por instituições que aumentem otimamente a produtividade do trabalho.

Cohen nos oferece um materialismo histórico que depende de um mecanismo intencional não conspiratório.²¹ Em outras palavras, ele sugere que as novas relações de produção são selecionadas pelos agentes sociais devido à sua capacidade de elevar a produtividade, e que as escolhas são feitas individualmente (Cohen, 1988, p.89-92).²² A possibilidade de imaginarmos que os agentes sociais procuram selecionar as novas relações de produção entre as relações sociais, por meio deste tipo de cálculo, não é improvável; tal como muitos dos seus críticos indicaram, a dificuldade em aceitá-la repousa na suposição de que eles *serão capazes* de fazê-lo de uma maneira específica. Primeiro, é dificilmente justificável presumir que um cardápio de opções será, em algum momento, apresentado aos agentes sociais da maneira exigida pela teoria de Cohen, permitindo-lhes não apenas simplesmente

21 Esta afirmação pode parecer estranha à luz do fato de que Cohen anuncia o materialismo histórico como um exemplo de explicação funcional, o que é geralmente contrastado às explicações intencionais. É incontestável que Cohen oferece uma versão intencional do seu argumento, uma vez que é forçado a desenvolvê-lo. O que está em jogo é se isso significa o abandono do seu compromisso anterior com o caráter funcional do materialismo histórico. Não penso que algo substancial dependa do veredito dessa questão. Se definirmos as explicações funcionais de sorte que elas não possam se referir a um mecanismo intencional em sua defesa, devemos concluir que Cohen, ao contar apenas com esta estratégia, abandonou seus compromissos anteriores. Este é o veredito de Alan Carling (1993, p.38). Mas se, ao invés disso, permitirmos que as explicações funcionais possam sobreviver à interpretação causal, seu compromisso com uma explicação funcional se mantém. Nosso veredito deriva inteiramente da nossa definição de explicações funcionais. Mas, qualquer que seja a nossa conclusão sobre o assunto, ela não acarretará consequências para a defensibilidade da própria explicação.

22 Cohen, de fato, não afirma que os atores, na realidade, escolhem as relações de produção que são ótimas para as forças produtivas. O que eles na verdade escolhem são relações de produção que minimizam o seu esforço de trabalho e, portanto, maximizam o lazer, *ceteris paribus*. Pode-se arriscar que o que Cohen oferece é uma versão de um mecanismo darwiniano, já que, de modo estrito, o efeito sobre forças produtivas é, para os autores, secundário ao efeito sobre o seu dilema acerca da relação trabalho-lazer. O efeito sobre as forças produtivas apenas deriva deste último, e poderia variar independentemente deste. Isto é absolutamente correto, mas, no caso do argumento de Cohen, específico [*pedantic*]. É, sem dúvida, possível imaginar novas relações de produção que reduziriam o tempo de trabalho sem desenvolver as forças produtivas, simplesmente, digamos, por aumentarem e monitorarem os custos da nova classe dominante e tornando, portanto, mais fácil à classe trabalhadora “vagabundear”. Mas Cohen assume claramente que a minimização ocorre através do aumento de produtividade do trabalho. Em outras palavras, isto é considerado parte das preferências dos atores. Assim, de acordo com essa teoria, exemplos contrários como o recém-apresentado são negligenciados. Escolher com base nos efeitos sobre o tempo de trabalho é o mesmo que escolher com base nos efeitos sobre as forças produtivas. Isto pode ser incorreto, mas, neste momento, apenas estamos interessados nos detalhes da teoria e não na sua veracidade.

escolher dentre os seus itens, senão, também, rejeitar uma escolha a favor de outra. Em outras palavras, os agentes devem estar cientes não apenas da *possibilidade* de relações de produção alternativas, mas também da sua *disponibilidade*, e não há razão para presumir que este será o caso. Além disso, uma vez que um conjunto de relações de produção é adotado, este tenderá a produzir interesses em sua defesa com base em outros fatores, para além da maximização da produtividade – como seus efeitos sobre o poder de classe. Os agentes se organizariam, pois, em defesa de relações de produção menos produtivas, sendo questionável que o poder necessário poderia ser constantemente reunido a fim de abandonar um conjunto recém-escolhido a favor de outro candidato repentinamente mais atrativo, considerando-se a provável resistência (Carling, 1993, p.39-40).

A versão de Cohen do materialismo histórico ortodoxo parece, portanto, cambealar, por ser incapaz de suportar o peso da tese da otimidade. Em face ao que foi exposto, existem dois meios para salvar o materialismo histórico na sua forma ortodoxa. Primeiro, poderíamos tentar aduzir um novo tipo de mecanismo capaz de sustentar o caráter funcional das relações de produção e, portanto, preservar a teoria na sua presente forma; segundo, poderíamos diluir as afirmações da teoria, de modo a torná-la mais plausível, ao mesmo tempo que preservaríamos seu suposto núcleo. O trabalho de Alan Carling representa um esforço no sentido da primeira iniciativa, enquanto Wright, Levine e Sober apresentam uma teoria que pretende levar a cabo a segunda, ao defenderem uma versão mais fraca da tese sobre a direção [*directionality*]. Passaremos agora a esses esforços.

A síntese de Carling

Ao apresentar sua versão do materialismo histórico, Alan Carling não apenas preserva a assertiva sobre a primazia das forças produtivas, mas também realiza uma síntese das teses de Brenner e Cohen. Se for bem-sucedido, este esforço certamente poderá reivindicar a inauguração da próxima etapa na agenda de pesquisas marxista, bem como o fato de ter ocasionado o fim de um dos debates mais importantes dos últimos anos. O argumento de Carling percorre dois caminhos: primeiro, oferece uma teoria sobre as *origens* do capitalismo que, segundo o nosso entendimento, funde o materialismo histórico de Cohen ao de Brenner; segundo, apresenta uma teoria sobre a *expansão* do capitalismo, que depende da presença do mesmo mecanismo seletivo que Cohen foi incapaz de apresentar, ressuscitando, pois, o materialismo histórico ortodoxo.²³

Na explicação de Brenner sobre a ascensão do capitalismo, o fato de ele ter ocorrido na Inglaterra, assim como o fato de ele não ter ocorrido na França e na Europa Oriental, é atribuído às diferentes respostas à peste negra as quais, por sua vez, foram explicadas pelas diferentes capacidades de classe dos senhores nessas

23 Ambos os argumentos podem ser encontrados em Carling (1993), ainda que a síntese de Brenner e Cohen esteja completamente desenvolvida em Carling (1991).

regiões. Enquanto a classe nobre francesa foi incapaz de transformar os direitos do proprietário camponês sobre a terra, sua contraparte ao leste do Elba foi capaz de impingir um novo regime de servidão aos produtores camponeses. É apenas na Inglaterra que o padrão medieval de crescimento econômico é rompido, graças à ascensão de novas relações de propriedade. Brenner argumenta que essa inovação se tornou possível apenas por causa de uma configuração de forças única na região: enquanto os senhores foram incapazes de impor um novo regime de servidão como o da sua contraparte ao do leste da Alemanha, foram, ao mesmo tempo, capazes de impedir os tipos de ganhos sobre a terra estabelecidos pelos camponeses franceses, graças ao legado histórico da *villeinage*.²⁴ Os camponeses ingleses foram, portanto, capazes de escapar da servidão que caracterizava suas contrapartes da Europa oriental; no entanto, foram incapazes de antecipar e prevenir a evolução dos direitos do senhor sobre a terra, que resultaram na emergência dos direitos plenos de propriedade e, portanto, no capitalismo. A inovação inglesa é atribuída, deste modo, ao fato de que a classe senhorial inglesa era mais forte do que a francesa, porém, mais fraca do que a alemã; ela foi capaz de evitar a ascensão de um campesinato livre, mas incapaz de induzir seus produtores à servidão completa.

Carling propõe em seguida três casos que podemos conceber como modelos dos tipos de poder feudal: o modelo “francês”, o “polonês” e o “inglês”. Cada um deles representa uma forma institucional diferente de feudalismo, com suas correspondentes configurações de poder e sistemas de organização de extração do excedente. Assumimos duas condições como nosso pano de fundo. Primeiro: em qualquer região marcada por diferentes formas de feudalismo, tal como as dos modelos recém-mencionados, existia uma descentralização política resistente, que assegurava a permanência correspondente da variação nas formas feudais. Segundo: a região estava sujeita a recorrentes ciclos de explosões e colapsos demográficos que caracterizaram o desenvolvimento europeu medieval. Além disso, cada período de colapso demográfico enfraquecia as estruturas de propriedade existentes, criando, deste modo, a oportunidade para uma transformação das relações de propriedade, ou das características *internas* dessas relações. Carling argumenta que numa região marcada por formas feudais heterogêneas, o colapso ocasionado pelo ciclo demográfico e pela luta de classes para o restabelecimento do controle senhorial favoreceu um leque de possíveis soluções: 1) a preservação das formas existentes; 2) a mudança na sua periodicidade; ou 3) a transição de uma delas a um novo modo de produção. Dentre essas três possíveis soluções, anota Carling, a variante “inglesa” do feudalismo foi a mais propícia a uma eventual transformação para o capitalismo.

²⁴ *Villeinage* é uma forma de regime de servidão, variável, referente a uma classe de servos camponeses (*villein*) da Idade Média. Para o autor, o que importa aqui é que tal regime não implicava em uma dominação unilateral e completa do senhor sobre a terra e, portanto, sobre o camponês. Mediante a falta de um termo equivalente no português, mantive o termo original para diferenciar esse de outros regimes de servidão, dado que esta era a intenção do próprio autor. (N.T.)

Enquanto houver um feudalismo “inglês” entre estas variáveis e enquanto o ciclo demográfico continuar, em um dado momento ocorrerá uma transição de tipo inglês do feudalismo em capitalismo. Uma vez que essa transição inicial foi bem-sucedida, o segundo elemento da teoria de Carling entra em ação. Lembremos que a fragilidade da teoria de Cohen é a sua incapacidade de inspirar confiança na existência de um mecanismo que selecione as relações de produção ótimas para o desenvolvimento das forças produtivas. Carling aponta, desse modo, a possibilidade de imaginarmos um mecanismo darwiniano que selecione os tipos de relações de produção que o materialismo histórico ortodoxo requer. Tal mecanismo é a competição intersocial; ao que parece, ela pode ser de dois tipos: ou diretamente econômica, como as situações em que o capitalismo penetra nas regiões pré-capitalistas por intermédio do comércio ou do investimento direto; ou, mais diretamente, como confronto militar. As sociedades com maior eficiência produtiva são mais bem-sucedidas em mobilizar recursos para a guerra e, portanto, mais aptas a gozar, a longo prazo, de um sucesso militar sobre as sociedades adversárias menos produtivas. Carling é um tanto obscuro acerca desta questão, mas, presumivelmente, a conquista deve seguir-se a uma imposição das relações de produção dos vitoriosos, o que transforma o antigo regime em um tipo mais compatível ao crescimento.²⁵ O avanço das forças produtivas acontece, nesta teoria, por meio da competição entre sociedades dotadas de diferentes tipos de relações de produção.

Carling ilustra seu argumento por meio da transição ao capitalismo. Aparentemente, sua hipótese é que esse exemplo simplesmente delinea uma lógica que pode ser generalizada a outros casos de transição na história. Em qualquer região geográfica que possua múltiplas unidades de sistemas econômicos, quando uma mudança para um novo conjunto de relações de produção ocorre em uma dessas unidades, uma luta competitiva é estabelecida entre esta e as unidades que possuem conjuntos de relações de produções mais antigas e menos produtivas. As novas relações de produção acabam substituindo suas rivais. Mas, se fizermos uma pausa, parecerá evidente que todo este argumento foi influenciado pelo exemplo escolhido – a ascensão e a difusão das relações de produção capitalistas. É fácil acreditar que uma unidade econômica dominada pelo capitalismo, ao competir com outras unidades, vencerá, já que a diferença da produtividade entre os modos de produção capitalistas e pré-capitalistas é simplesmente sem precedentes. É claro que, por apresentarem esta diferença, as relações de produção capitalistas tendem a se expandir para outras regiões. Mas será que esta lógica funciona quando

25 Deduzo isto de outras observações que Carling faz entre parênteses, já que ele é, para nossa frustração, vago sobre como a competição intersocial conduziria à substituição das relações de produção arcaicas por outras mais compatíveis ao crescimento. Por exemplo, não existe nada em seu argumento que exclua a possibilidade de que tal substituição ocorra por meio de uma *abolição* das relações de produção mais antigas. Este seria um paralelo direto – ainda que chocante – à história na seleção natural. Ver Carling (1993).

a competição acontece em uma fase anterior da história, na qual a diferença do nível das forças produtivas não é tão expressiva?

Carling é surpreendentemente vago sobre qual mecanismo tem a função de transmitir novas relações de produção mais adequadas numa região onde predominam forças produtivas estagnadas. Contudo, parece que os dois candidatos mais prováveis são: 1) sua simples imposição por meio de um conflito militar, ou 2) de que elas se imponham por intermédio de algum tipo de efeito-explicativo [*demonstration-effect*]. O sucesso do primeiro candidato depende da realização de duas condições: primeiramente, deve-se esperar que a sociedade que possua relações de produção que conduzam à eficiência ganhe da sua adversária menos produtiva; e, em segundo lugar, deve-se esperar que os conquistadores forcem ou induzam, de forma bem-sucedida, os sujeitos derrotados a adotarem as novas relações de produção. Quando o conflito ocorre entre uma economia capitalista e uma economia feudal, talvez seja possível esperar que, durante a sua continuidade, a eficácia dinâmica do capitalismo gere recursos muito maiores do que os da economia feudal, de sorte que tal conflito resulte em um sucesso militar. Entretanto, quando o conflito ocorre entre tipos de sociedades de classe não capitalistas, isto não parece estar garantido.

Como o próprio Carling admite, não existe, de fato, razão para considerarmos que, nos conflitos militares, as sociedades que possuem relações de produção que promovam o aumento da sua produtividade derrotarão, de maneira lógica, aquelas que possuem relações artríticas. Para além dos caprichos da guerra, cujo desfecho frequentemente depende das táticas, da ideologia, da organização política etc., não há motivos para pressupor que a maior eficiência das novas relações de produção aumentará as chances de sucesso. O que é mais importante em tais circunstâncias não é a eficiência em obter novos recursos, mas, ao invés disso, o *quantum* realmente obtido. Como ressalta Carling, “um grande e poderoso império que se encontra em um nível técnico baixo pode, contudo, concentrar seus esforços para derrotar um pequeno, porém ágil, competidor que se encontra num nível técnico mais avançado” (Carling, 1993, p.51). Mas se isso for verdade, o exemplo de que tal competição opera como um mecanismo de transmissão das novas relações de produção encontra-se, para dizer o mínimo, consideravelmente enfraquecido. O que a guerra seleciona é – o que não é surpreendente – diretamente destinado à capacidade militar. Sendo esta capacidade um resultado complexo de muitos fatores, e sendo a eficiência produtiva apenas um deles, não é possível antecipar que a guerra, de maneira lógica, selecionará favoravelmente a eficiência produtiva. Contudo, mesmo se as sociedades que se encontram em níveis técnicos mais avançados forem capazes de assegurar uma vitória militar, é um problema completamente diferente presumir que, num cenário *post bellum*, elas também serão capazes de impor suas novas relações de produção aos perdedores. Tais transformações da estrutura produtiva dependem de uma capacidade por parte dos vitoriosos que transcende o poder que se requer para simplesmente ganhar

a guerra. Elas dependem de uma capacidade do Estado e de uma capacidade da classe, algo que desafia a lógica.

O problema dos interesses e da capacidade de classe também enfraquece a hipótese de uma segunda via para a imposição de novas relações de produção ótimas, através de um tipo de efeito-explicativo [*demonstration-effect*] das melhores relações. É possível acreditar que os proprietários tomarão conhecimento de – bem como ficarão impressionados por – outras economias mais produtivas. Contudo, não é simples acreditar que eles ficarão tão impressionados a ponto de iniciarem a transformação dos seus próprios sistemas produtivos. Em primeiro lugar, já que os modelos econômicos adversários se assentam em relações de produção diferentes, uma transição a estas relações de produção envolveria o desmantelamento das próprias relações sociais com base nas quais esses proprietários mantêm seu poder. A probabilidade de que esses proprietários ajam desta maneira pode ser considerada um tanto baixa. Além disso, mesmo que eles estejam inclinados a agir desta maneira, temos que nos esforçar para assumir que a) eles terão a capacidade de transformar as relações de produção existentes, e b) eles as transformarão de acordo com a sua intenção. A história está cheia de exemplos de transformações que produziram resultados muito diferentes daqueles pretendidos.

Carling parece desconfortavelmente ciente de que a teoria da seleção competitiva que oferece corre perigo de ser sepultada sob uma montanha de advertências. “Talvez”, ele aceita, “tudo o que possa ser afirmado é que a história possui uma *inclinação* que lhe é conferida pela primazia competitiva; uma inclinação mais fraca do que uma tendência, mas consideravelmente mais forte do que absolutamente nada” (Carling, 1993, p.51). Talvez... Mas isto estaria bastante distante do materialismo histórico que Cohen desenterrou e que Carling tão admiravelmente procurou defender. Se existe alguma relação caracterizada por uma lei entre as forças produtivas e as relações de produção que governe o desenvolvimento histórico, ela se tornou extremamente fraca. Na melhor das hipóteses, como observa Carling, ela se imbuí de uma inclinação, ao invés de um forte impulso. Não é possível presumir que as relações de produção que se estabelecem após períodos de transição sejam selecionadas pelas exigências funcionais das forças produtivas. Em vez disso, o que parece existir são vários conjuntos de relações de produção compatíveis com um dado nível das forças produtivas. Não é possível presumir qual delas vencerá, apesar da luta competitiva entre sistemas econômicos – ao menos que tomemos como exemplo a transição ao capitalismo. Mas o ponto mais importante é que a direção na qual *esta* transição ocorreu não parece ser generalizável a outras instâncias. E, até que isso possa acontecer, não é possível afirmar que encontramos um mecanismo que salvará a tese da otimidade de Cohen.²⁶

26 As opiniões de Carling evoluíram desde o seu trabalho mais antigo. Para sua posição mais recente, ver Carling (2006); Carling (2009).

A reconstrução do materialismo histórico de Wright, Levine e Sober

Se as forças produtivas não são eficazes para selecionar as relações de produção ótimas para o seu contínuo desenvolvimento, o compromisso marxiano com uma teoria do desenvolvimento histórico também deve ser descartado? Em uma série de artigos posteriormente reunidos em um livro, Erik Wright, Andrew Levine e Elliott Sober argumentam de maneira corajosa que não. Talvez o materialismo histórico, na sua versão mais forte, como aquela incorporada na tese da otimidade, não seja defensável; no entanto, um materialismo histórico mais concessivo e nuançado pode manter o cerne daquilo que o materialismo histórico ortodoxo procura defender, à medida que diminui o seu excesso de peso. Wright, Levine e Sober consideram que a motivação central do projeto de Cohen é uma defesa da direção [*directionality*], da história, originada endogenamente por meio da dinâmica entre forças produtivas e relações de produção. Os autores argumentam que se a teoria for reconstruída de maneira apropriada, ainda é possível defender seus componentes centrais. Ainda seria possível considerar que a história é conduzida pelo desenvolvimento das forças produtivas em direção a um maior poder produtivo.

Abandonando a tese da otimidade

A reconstrução do materialismo histórico de Wright, Levine e Sober abandona, no seu cerne, a tese da otimidade. Eles concordam e, na verdade, encontram-se dentre os primeiros a argumentar que não é possível assumir a existência de qualquer mecanismo cuja função seja selecionar as relações de produção ótimas para um desenvolvimento das forças produtivas.²⁷ Mas se as forças produtivas não possuem esta capacidade, em que sentido o marxismo possui uma teoria da história? Quais são os limites para a contingência que agora são transferidas para o interior da teoria? Wright, Levine e Sober argumentam que enquanto os novos modos de produção se tornam menos previsíveis, ainda assim existem limites consideráveis para a possível variedade de resultados – ou seja, não é que “tudo pode acontecer”. Em particular, enquanto se passa a considerar a possibilidade de uma maior variedade de relações de produção como candidatas à seleção, é também verdade, afirmam, que o novo conjunto será aquele que minimamente

27 Cf. Wright; Levine (1980). Esse artigo foi, em verdade, o primeiro a ressaltar a centralidade da tese da otimidade na teoria de Cohen. O próprio Cohen não atentou para isso em seu livro, ainda que estivesse aparentemente ciente dessa importância. Na verdade, esse artigo (um entre os seus primeiros) é claramente mais crítico a Cohen do que suas manifestações posteriores. Tal mudança parece ter aparecido na altura em que Wright elaborava sua defesa do marxismo, contrapondo-se às críticas presentes no trabalho de Giddens ao marxismo. Esta foi a primeira vez que Wright revelou sua versão resistente à regressão [*sticky downwards*]* da direção [*directionality*], que se encontrava desde então, de certa maneira, confusa. Veja Wright (1983). [Em economia, algo que se move para cima com relativa facilidade, ao passo em que dificilmente se move para baixo, como por exemplo preços e salários. – N.T.]

preserva o nível existente de desenvolvimento técnico. Enquanto as novas relações de produção forem mais adequadas para preservar o nível de desenvolvimento existente do que para permitir a sua regressão, o resultado total é que o desenvolvimento das forças produtivas será resistente à regressão [*sticky-downwards*]. Isto não quer dizer que elas nunca regressarão; no entanto, tais casos de regressão são historicamente raros, e o caso mais típico é aquele no qual as forças produtivas continuam avançando, ou, no pior dos casos, mantêm-se estacionárias.

Nesta versão do materialismo histórico, a teoria das formas sociais ocupa uma posição muito mais proeminente do que na versão enunciada por Cohen. Ao invés de haver apenas um conjunto de relações de produção compatível com as forças produtivas durante o período de transição, o que agora emerge é um leque de possíveis conjuntos. Qual deles de fato se estabelecerá como sucessor depende dos aspectos da luta entre as classes sociais. Desse modo, quando tentamos apreender a sequência real das formações sociais, o peso explicativo é retirado da teoria das transições na sua forma clássica. A razão pela qual isto deve ser visto como uma versão do materialismo histórico ortodoxo, e porque poderia ser visto como interessante, é dupla: primeiro, o leque de relações de produção, que é o “cardápio” de opções numa dada conjuntura é ainda limitado; isso não significa que, ao descartarmos a tese da otimidade, “tudo será possível em qualquer conjuntura” (Wright; Levine; Sober, 1993, p.90). Em segundo lugar, os limites do leque de candidatos do qual um novo conjunto de relações de produção será selecionado são de tal ordem que, quaisquer que sejam as relações de produção que o substituam, elas preservarão a relação caracterizada por uma lei [*law-like*] entre forças produtivas e relações de produção (obviamente, isto significa que as relações devem ser compatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas) (Wright; Levine; Sober, 1993, p.91). Isto preserva aquilo que Wright, Levine e Sober consideram como a motivação central do materialismo histórico: a ideia de que a história possui uma *direção* clara, dos níveis mais baixos aos níveis mais altos de produtividade.

Nesta nova versão do materialismo histórico, o impulso para um contínuo desenvolvimento das forças produtivas é consideravelmente mais fraco do que no materialismo histórico ortodoxo de Cohen. É possível que agora existam longos períodos na história que não apresentem um progresso tecnológico contínuo. Mesmo nas transições a novos modos de produção, tudo o que é requerido é que o novo conjunto de relações de produção seja de tal sorte que resolva os problemas de incompatibilidade que geraram a crise. Apesar dessa considerável amplitude, os autores afirmam que a teoria ainda mantém o seu compromisso com uma direção [*directionality*] da história, já que as seguintes condições estabelecem que:

- (I) A probabilidade de manter-se estacionário é maior do que a de regressar;
- (II) Existem alguns conjuntos alternativos de relações de produção mais favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas;

- (III) A probabilidade de mover-se em direção a esse novo conjunto de relações de produção é maior do que a de regressar (Wright; Levine; Sober, 1993, p.79).

Se essas condições são válidas, a direção da história acontecerá a partir das relações de produção menos produtivas às mais produtivas. E, na medida em que são válidas, também existe um determinado limite à variedade de novos modos de produção possíveis, em qualquer nível das forças produtivas; se este limite for válido, o abandono da tese da primazia não pressupõe que “tudo pode acontecer”. Wright, Levine e Sober são, de maneira tentadora, breves ao discutirem a nova teoria, bem como ao compararem esse novo resultado com o anterior. Para reconhecer o peso depositado nessa nova – e fraca – versão do materialismo histórico, é interessante que esmiucemos a seguir suas implicações.

Do materialismo histórico fraco ao materialismo histórico minimalista

Observemos já de início a existência de uma ambiguidade na rigorosa afirmação relativa às forças produtivas que vem sendo desenvolvida. Uma vez que a tese da otimidade é abandonada, duas possíveis “curvas” na trajetória do desenvolvimento histórico emergem. *Materialismo histórico fraco*: as relações de produção que predominam em qualquer período determinado o fazem porque são favoráveis – ainda que não necessariamente ótimas – ao contínuo desenvolvimento das forças produtivas. *Materialismo histórico minimalista*: as relações de produção que predominam em qualquer período determinado o fazem porque mantêm minimamente o nível de desenvolvimento existente das forças produtivas, mesmo que não as desenvolvam sistematicamente no futuro.

Obviamente, o materialismo histórico fraco é o mais forte dos dois, já que respalda o impulso das forças produtivas e, ao fazê-lo, admite que estas restringem de maneira significativa o cardápio no qual as novas relações de produção são selecionadas. O materialismo histórico minimalista endossa uma alegação muito mais fraca: que as forças produtivas selecionam as relações de produção por causa da sua habilidade para manter o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a função das relações de produção é prevenir uma *regressão* das forças produtivas. Mas, precisamente em virtude das suas ambições mais fracas, o materialismo histórico minimalista corre o risco de ser menos – e talvez pouco – interessante. Se ele é ou não interessante é um tema ao qual retornarei em breve. Entretanto, gostaria antes disso de examinar se a teoria de Wright, Levine e Sober é forte o suficiente para defender que o materialismo histórico fraco é superior ao materialismo histórico minimalista.

Wright, Levine e Sober não oferecem nenhum motivo convincente para presumirmos que o materialismo histórico fraco provavelmente seja mais verdadeiro do que o materialismo histórico minimalista. Consideremos seus argumentos para as perspectivas de desenvolvimento das forças produtivas. Os dois principais

motivos alegados sobre por que deveríamos pressupor uma tendência cumulativa em direção ao desenvolvimento são os seguintes: primeiro, enquanto todos os agentes podem não estar interessados no avanço da produtividade, alguns poucos agentes se beneficiariam da sua constante *redução*; segundo, enquanto não houver um interesse social generalizado na redução da produtividade, existirá uma boa razão para considerar que sempre haverá agentes com interesse em *aumentá-la*. O aumento da produtividade favorece a diminuição da intensidade do trabalho,²⁸ e já que todos os agentes possuem um interesse em diminuir a intensidade do seu próprio trabalho, é possível presumir que eles manteriam as inovações, onde quer que as encontrem.²⁹ Logo, a capacidade produtiva de uma sociedade certamente resistiria à regressão [*sticky downwards*] e, dependendo da força do segundo mecanismo, possuiria uma inclinação ao desenvolvimento.

Mas é precisamente a força desse segundo mecanismo que deve ser questionada. É verdade que os agentes possuem algum interesse na redução da intensidade do trabalho e, portanto, no aumento da produtividade. Contudo, o interesse na redução da intensidade do trabalho deve também ser levado em conta em oposição a outros que podem ser considerados não menos importantes. Existe primeiramente a questão de quem se beneficia dos *frutos* do trabalho. A presença de uma classe senhorial efetivamente organizada, ou de um imoderado Estado monárquico, pode ser funcional à apropriação suficiente do novo produto de modo a neutralizar o incentivo positivo oferecido pelo interesse na redução da intensidade do trabalho. E isto aconteceria não somente em virtude dos efeitos benéficos das suas explorações, mas por causa da opressão extra, oriunda da crescente presença política e militar dos exploradores [*extractors*].

Essa presença crescente “transbordaria” para outras dimensões, como a liberdade e a autonomia, que, de acordo com suposições do próprio materialismo histórico, constituem as preferências centrais dos agentes humanos – que não são menores que o desejo de diminuir a intensidade do trabalho. Mesmo se ignorarmos tais externalidades, poderiam existir – e frequentemente existem – outros (e mais diretos) efeitos perniciosos das inovações – tais como os riscos adicionais – os quais os produtores podem não estar dispostos a adotar.

Não há razão para acreditarmos que os agentes, ao considerarem seus efeitos líquidos [*net effects*], adotarão as inovações no seu próprio regime de trabalho; mas existem boas razões para acreditarmos que devem existir agentes com um interesse ativo em *impedir* a adoção dessas tecnologias por *outros agentes*. Isto é mais óbvio no caso das classes dominantes, que possuem um interesse direto, por exemplo, em impedir a adoção de novas tecnologias que possam aumentar

28 *Toil*, no original em inglês. (N.T.)

29 Wright; Levine; Sober (1993, p.81). Observemos que a afirmação se situa no nível micro. Podem existir agentes que possuam um interesse em impedir reduções na intensidade do trabalho de *outros* e, portanto, que poderiam ter um interesse na redução social intensidade do trabalho.

a autonomia dos produtores, ou os seus próprios custos de monitoramento etc. Wright, Levine e Sober subestimam essa questão ao depositarem seus argumentos no nível do agente, enquanto abstraem das questões das estruturas sociais nas quais os agentes estão posicionados. Indubitavelmente, os agentes inclinar-se-ão a adotar inovações que reduzam a intensidade do seu próprio trabalho, sob a condição de que qualquer redução desse tipo corresponda aos seus interesses materiais. Entretanto, em uma sociedade de classes, a redução na intensidade do trabalho por um grupo pode muito bem aumentar o esforço de trabalho para outros; esta redução poderia muito bem desestabilizar o processo de extração do excedente, se isso resultar em um maior poder para os produtores imediatos. Portanto, é completamente possível que proprietários prefiram uma ordem social que seja menos produtiva, contanto que assegure a sua reprodução estável.

O desfecho de tudo isso é que, na ausência de um ambiente adequado abrangido, fundamentalmente, pelos tipos de relações de propriedade em vigor, simplesmente não há razão para presumir que o impacto líquido das inovações nos interesses dos agentes será de tal ordem que facilitará a aceitação *irrestrita* de inovações. É importante ressaltar que o que está em jogo não é a adoção de novas tecnologias por indivíduos concretos, senão a presença de um mecanismo que permita sua *expansão* através do conjunto da sociedade. É por essa razão que Brenner e alguns de seus defensores afirmam que, na ausência de um impulso à inovação, os produtores optarão por estratégias mais conservadoras, mas que privilegiam a *proteção* dos níveis existentes de bem-estar, ao invés de correrem os tipos de riscos exigidos para o aumento dessas inovações. Se a trajetória do desenvolvimento histórico depender dos efeitos líquidos [*net effects*] dos dois mecanismos propostos por Wright, Levine e Sober – particularmente dos efeitos do segundo mecanismo – a garantia de que o materialismo histórico fraco seja aceito em detrimento do materialismo histórico minimalista é escassa.

Se o materialismo histórico minimalista é a versão que a reconstrução de Wright, Levine e Sober podem manter, o que nos resta não é uma teoria que prevê uma ascensão contínua das forças produtivas, mas uma teoria, na qual as forças produtivas somente resistem à regressão, ou seja, seu nível de desenvolvimento tende a ser resistente à regressão [*sticky downwards*]. Se este for o caso, a teoria deve admitir a possibilidade de longos períodos de estagnação histórica – períodos caracterizados por um “estado estacionário” das forças produtivas (Wright; Levine; Sober, 1993, p.80). Isto não necessariamente ocorrerá nos limites de um modo de produção, já que existe alguma razão para supor que, nas transições a novos modos de produção, as relações de produção que não estimulam o desenvolvimento ocasionalmente se combinarão com as forças produtivas, na medida em que não forcem a sua regressão.³⁰

30 Wright, Levine e Sober parecem reconhecer essa possibilidade. Ver Wright; Levine; Sober (1993, p.37-39).

As implicações de um materialismo histórico minimalista

Duas conclusões podem ser tiradas a partir de uma breve consideração do materialismo histórico minimalista. Primeiro, pode-se admitir que as hipóteses mais poderosas acerca das restrições impostas pela teoria das transições não se sustentam, e que o cardápio de opções em uma dada conjuntura histórica é um tanto amplo. Dito de outro modo, poder-se-ia aceitar a morte do materialismo histórico ortodoxo, o que certamente tornaria a teoria mais plausível. Mas isso acarretaria consequências que repercutiriam em outras regiões do materialismo histórico. Consideremos o que isso significa quando se ambiciona oferecer uma explicação do desenvolvimento histórico como um produto de uma relação caracterizada por uma lei [*law-like*] entre forças produtivas e relações de produção. Na teoria de Cohen, parte do apelo de suas alegações provém do papel claramente identificável que as forças produtivas desempenham no desenvolvimento histórico. Enquanto existirem numa sociedade outros fatores que, na sua interação com os efeitos das forças produtivas, ameacem o crescimento, é possível acreditar que aqueles efeitos sejam causalmente superiores, por assim dizer – eles terão a capacidade de dominar e superar os efeitos dos outros mecanismos, de modo que o resultado final conduzirá ao desenvolvimento. A teoria de Cohen é, a esse respeito, uma encarnação direta da tradição monista do materialismo histórico inscrita na Primeira Internacional. Admitir a possibilidade de que as relações de produção podem surgir somente onde elas preservam o nível existente das forças produtivas – ou onde podem de alguma maneira transformá-las, o que deve corresponder aos interesses das novas classes dominantes – significa eliminar esse monismo a favor de uma visão mais pluralista da causalidade no desenvolvimento histórico. Enquanto as forças produtivas (apenas) mantêm sua capacidade de se desenvolverem, a realização dessa capacidade passa a ser contingente à sua interação com os outros mecanismos na sociedade, cujos resultados finais não necessariamente favorecerão o crescimento.³¹ Mas se isso for verdade, é difícil aceitar porque o curso real da história deve ser explicado por uma “dialética” entre forças produtivas e relações de produção. Essa dupla continua a exercer uma força, mas isso é algo tão genérico, de sorte que sua utilidade explicativa se empobrece. A explicação em qualquer análise concreta das transições históricas será obtida, não em função da influência causal das necessidades funcionais das forças produtivas, mas em virtude da direção dos eventos guiados pela luta de classes.

A segunda conclusão que pode ser tirada dessa breve consideração é a seguinte: mesmo que seja verdade que a crise do modo de produção não consegue provocar a emergência, bem como a consolidação das novas relações de produção que aumentem o crescimento, essa situação não pode permanecer indefinida. Cedo ou tarde, uma classe com os interesses adequados também desenvolverá a capacidade

31 Ver a discussão sobre o modo de produção asiático em Wright; Levine; Sober (1993, p.52, n.11).

32 • *Crítica Marxista*, n.35, p.9-40, 2012.

indispensável a esse crescimento. Mais ainda, podemos presumir que a cada repetição do ciclo esta probabilidade cresce, sobretudo se o nível das forças produtivas for ligeiramente maior a cada ciclo.³² Assim, enquanto as forças produtivas por si só não podem gerar novas relações de produção mais apropriadas, elas ainda possuem a função de colocar essa questão na agenda de discussões.³³ Neste caso, as forças produtivas ainda são fatores explicativos relevantes em situações nas quais as novas relações de produção são adotadas, já que o seu desenvolvimento prévio é o que, precisamente, ocasiona possibilidade de que as novas relações de produção ascendam.

O argumento acima exposto é análogo a outro argumento defendido por Wright, Levine e Sober, concernente à explicação da origem do Estado de bem-estar social. Os marxistas tradicionalmente argumentam que o Estado de bem-estar social é um produto da luta de classes, mais especificamente do crescimento organizacional da classe trabalhadora. Seus principais críticos rejeitam esse argumento ao ressaltar que outros fatores, para além dos de classe, desempenharam um papel crucial no seu surgimento – fato injustificadamente ignorado pelos marxistas. Wright, Levine e Sober sublinham a existência de dois aspectos do surgimento do Estado de bem-estar social que necessitam ser distinguidos – o *fato* da sua origem e as variações na sua forma, no seu tempo de maturação [*timing*] etc. O fato de o Estado de bem-estar social ter surgido apenas no capitalismo e, mais especificamente, o fato de ter surgido durante o amplo período histórico do capitalismo é explicado pela lógica da classe e da luta de classes. Mas a luta de classes não poderia explicar diretamente o desenvolvimento real da sua legislação, bem como da variedade destes Estados, tal como os marxistas tradicionalmente tentaram argumentar. O desenvolvimento dos amplos movimentos da classe trabalhadora nos países industriais teve a função de introduzir esse tipo de Estado na agenda de discussões. Contudo, uma vez que essa discussão ainda era deficitária [*once it was on the slate*], o *processo* preciso da adoção desse Estado e os traços institucionais específicos por ele incorporados podem ser explicados por outros fatores, aos quais as análises não marxianas frequentemente não se referem: geopolítica, manobras burocráticas, outros movimentos etc.

É nesse sentido que as forças produtivas operariam como uma causa para o surgimento de novas e mais propícias relações de produção. Em ambos os casos, um conjunto de causas – as forças produtivas, no caso das transições significativas e os movimentos da classe trabalhadora, no caso do Estado de bem-estar social – introduz novos avanços na agenda de discussão, enquanto outro conjunto seleciona o elemento específico dentre aqueles itens presentes na agenda. Assim, em ambos os casos, a primeira série de fatores retém a relevância explicativa.

32 Erik Wright sugeriu-me isso ao comentar um ensaio que escrevi anos atrás.

33 *Put something on the agenda* (ou *raise as an issue*), no original em inglês, possui o sentido de problematizar algo, transformar em uma questão o que antes era simplesmente afirmado. (N.T.)

Gostaria de indicar que o paralelo esquadrinhado acima é incorreto. A força do argumento de Wright, Levine a Sober depende do significado relacionado a “introduzir algo na agenda de discussões”. Na explicação desses autores, isto significa que o agente causal tem a função de *causa estrutural* do resultado. Nos casos que incorporam causalidades estruturais, o fator causativo primordial (estrutural) não é o disparador do evento que é produzido; mas, ainda assim, um aumento no peso da causa estrutural possui a função de aumentar a probabilidade do resultado previsto. Uma vez que a dimensão da causa estrutural alcança um determinado nível limiar, ela aumenta radicalmente a probabilidade de que *algum* disparador trará o resultado previsto.

A relevância dos movimentos da classe trabalhadora para a formação de Estados de bem-estar social é um exemplo bem-sucedido de causalidade estrutural. É importante ressaltar que, para que isto funcione, é necessária a presença de algum mecanismo que conecte a causa estrutural – o poder da classe trabalhadora – ao resultado. Essa ligação é providenciada pelos *interesses de classe* dos trabalhadores: considerando que os trabalhadores possuem um interesse na formação de um Estado que desmercantilize a força de trabalho, que isole os trabalhadores das flutuações do mercado, que socialize o trabalho doméstico etc., um índice crescente do seu poder associativo torna mais provável que esse poder seja utilizado na transformação dos Estados existentes para que essa condição de bem-estar seja assegurada. A sequência real dos eventos que conduziram à formação de um Estado de bem-estar social – por meio de vitórias eleitorais, reformas burocráticas racionais, guerra civil etc. – pode ser considerada sem importância. Esses eventos são relevantes para explicar não o *fato* do Estado de bem-estar social, mas o seu tempo de maturação [*timing*], suas formas particulares etc. Para explicações sobre o motivo do surgimento dos Estados de bem-estar, tudo o que devemos conhecer é o fato do poder da classe trabalhadora e dos seus interesses nesses Estados.

Ora, o que não ficou totalmente claro é se existe um mecanismo estruturalmente causal que conecte as forças produtivas a alguns supostos disparadores, o que poderia acarretar transições que incorporem as relações caracterizadas por uma lei entre forças produtivas e relações de produção. Em outras palavras, não é possível demonstrar que os níveis crescentes das forças produtivas são uma causa estrutural para o surgimento de novas relações de produção. Consideremos uma vez mais o que deveria ser a estrutura do argumento: enquanto o nível das forças produtivas aumenta gradativamente com o tempo, as crises no modo de produção serão solucionadas de modo a tornar mais provável o estabelecimento de novos conjuntos de relações de produção mais adequadas. Esta explicação é, no caso da estrutura, muito semelhante à explicação do poder da classe trabalhadora para o surgimento do Estado de bem-estar social: se a importância do fator causal aumenta, aumentam as chances do tipo de resultado previsto pela teoria. Contudo, existe uma diferença: enquanto no exemplo examinado mais acima existe um mecanismo que conecta a possível causa aos seus efeitos, é impossível

detectar uma conexão similar no caso das forças produtivas. Dito de outro modo, por que um aumento nas forças produtivas origina um novo conjunto de relações de produção mais adequadas?

Se fossemos arriscar uma simetria minuciosa com o exemplo do Estado de bem-estar social, o argumento deveria admitir a existência de um *interesse* por parte dos atores sociais no surgimento de novas relações de produção, assim como um aumento na sua *capacidade* de atuarem para esse surgimento. *Dado* este interesse no surgimento de novas relações de produção, um crescimento na capacidade dos atores sociais será empregado na aceleração da emergência de novas relações de produção. Contudo, como já argumentamos, mesmo que seja verdade que os agentes sociais possuem um interesse no aumento da produtividade, *ceteris paribus*, este interesse pode ser – e previsivelmente será – sufocado por outros interesses ameaçados pelas externalidades coexistentes às forças produtivas mais desenvolvidas. Portanto, não existe razão para presumir que a situação de classe dos atores históricos inclui um interesse nessa forma de desenvolvimento. Além do mais, mesmo que tal interesse exista, não há motivos que nos façam acreditar que forças produtivas mais eficazes aumentariam a capacidade desses atores centrais à direção desejada. É verdade que uma melhor produtividade aumenta o excedente social e, portanto, gera mais recursos. Mas a *distribuição* desses recursos não pode ser prevista, já que eles podem ser facilmente destinados aos atores sociais que possuem um forte interesse na reprodução da ordem existente. Portanto, um aumento no nível técnico das forças produtivas não tem um efeito definitivo na probabilidade de que as novas relações de produção substituam aquelas em crise. É difícil imaginar como isto pode ser antecipado. Se as divergências entre este caso e o caso do Estado bem-estar forem tais como as descrevemos, então a opção de considerar as forças produtivas como uma causa estrutural das novas relações de produção não está disponível para Wright, Levine e Sober. Se as forças produtivas não podem ser consideradas uma causa estrutural, afirmar que elas introduzem novas relações de produção na “agenda de discussões”, da mesma maneira que a classe trabalhadora introduziu o Estado de bem-estar social nessa agenda é algo enganoso.

Hesperus é Phosphorus! Ou o materialismo histórico minimalista é a teoria da luta de classes!

Façamos uma reflexão. Argumentei que, se Wright, Levine e Sober rejeitam a tese da otimidade – eles devem rejeitá-la, já que desejam salvar o materialismo histórico –, existem duas interpretações do materialismo histórico que se lhes apresentam disponíveis: 1) o materialismo histórico fraco, que afirma que a progressão das relações de produção na história é de tal ordem que facilita o desenvolvimento das forças produtivas, mesmo que não seja num nível ótimo; 2) o materialismo histórico minimalista, que simplesmente recupera a assertiva de que a progressão das relações de produção é de tal ordem que as forças produ-

tivas apenas não regressam. Wright, Levine e Sober insinuam, na exposição da sua nova versão do materialismo histórico, que deveriam se decidir pela segunda versão. Tenho argumentado que essa é a versão que eles de fato deveriam aceitar. Com base nas suas próprias conclusões, é difícil manter uma tese que defenda o contínuo desenvolvimento das forças produtivas por meio da história. Não existe um mecanismo disponível que possa operar sistematicamente na seleção das relações de produção que aumentem o crescimento, mesmo quando essas relações não necessitam ser ótimas. Além disso, os agentes podem, com efeito, ter interesse no sacrifício das relações de produção que intensificam o crescimento a favor de outras que pressupõem outros interesses, como estabilidade ou poder político. Resta-nos, pois, uma teoria que afirma que o que é governado por leis no curso da história é simplesmente que as relações de produção, no decorrer das épocas, impedem uma regressão do nível das forças produtivas.

São muitas as implicações. O materialismo histórico minimalista é certamente plausível enquanto teoria do desenvolvimento histórico. Contudo, seu poder explicativo é consideravelmente reduzido para a compreensão da sequência real das formas sociais observadas na história. Esta sequência não pode ser explicada pelas necessidades funcionais das forças produtivas. Relembremos que, como o conjunto das relações de produção que possibilitam o desenvolvimento se amplia de modo a aumentar o número de candidatos, as exigências funcionais das forças produtivas – enquanto mecanismo que seleciona as novas relações de produção – diminuem. Se as relações de produção de tipo “B” são aquelas que se seguem às relações de tipo “A”, então não se pode presumir que isso acontece em virtude da adequação às necessidades das forças produtivas. Isto porque também existem relações de produção dos tipos “C”, “D”, “E” etc., que se adéquam às exigências de preservação do nível existente das forças produtivas. O fato de “B” ter se seguido a “A”, e não um dentre os outros conjuntos, deve ser explicado com algum recurso a outros fatores – mais provavelmente, a luta de classes. Como sugeri anteriormente, como o número de possíveis candidatos às novas relações de produção aumenta, a contribuição explicativa das forças produtivas diminui.

Mas isso apenas significa dizer que, como as exigências do materialismo histórico ortodoxo foram atenuadas, tal como fizeram Wright, Levine e Sober, a teoria não pode senão atribuir um peso maior ao papel explicativo da luta de classes para interpretar o curso real do desenvolvimento histórico. Dito de outro modo, à medida que a teoria se enfraquece, ela se converte em uma teoria da história baseada na luta de classes. *O custo de tornar a teoria mais plausível é que ela se assemelha cada vez mais a uma teoria da história baseada na luta de classes.*

Sublinhemos que isso não significa que as forças produtivas se tornam irrelevantes à teoria, mas sim que a natureza do seu papel se modifica. Na versão mais forte da teoria, tal como a desenvolvida por Cohen por meio da tese da otimidade, as forças produtivas decidem *a favor* de relações de produção específicas que substituem aquelas que entraram em crise. Contudo, quando a teoria é enfraque-

cida, não é possível presumir que as forças produtivas gozam esse tipo de poder. Elas devem se decidir, por assim dizer, por uma dentre uma lista de relações de produção que possuem em comum as propriedades necessárias, as quais, no materialismo histórico minimalista, equivalem à característica de prevenir uma regressão aos níveis mais baixos de produtividade. As forças produtivas passam então a decidir não por um conjunto de relações de produção específico, mas, ao invés disso, decidem por não selecionar relações de produção que engendrariam uma regressão no nível das forças produtivas. O papel das forças produtivas agora mudou: ao invés de se decidirem por um conjunto *específico* de relações de produção, decidem em *não selecionar* um *tipo* de relações de produção. As forças produtivas passam a estabelecer o limite (um tanto amplo) ao leque das possíveis relações de produção que substituiriam aquelas em vias de extinção, enquanto a seleção no interior do leque de relações de produção aceitáveis será decidida pela luta de classes.

Conclusão

O materialismo histórico sempre esteve marcado por um tipo de divisão do trabalho entre os seus componentes: a teoria das formas sociais e a teoria das transições. O debate no interior da tradição marxiana versou sobre o domínio concreto de um sobre o outro. Na versão ortodoxa do materialismo histórico, a teoria das transições reinou com supremacia. De acordo com esta versão, o sentido da história é determinado por uma relação caracterizada por uma lei [*law-like*] entre forças produtivas e relações de produção. À medida que as sociedades humanas avançam de um modo de produção a outro, a estrutura econômica, que serve de base à produção e à distribuição, continua a existir somente enquanto for ótima para o contínuo progresso tecnológico. Nesta teoria, a competência da teoria das formas sociais é um tanto limitada. Primeiramente, ela tem a função de mostrar como as relações de produção que prevalecem produzem as “leis de movimento” características daquele modo de produção, bem como a luta de classes a ele relacionadas. A função *explicativa* da teoria das formas sociais está essencialmente restrita a uma dinâmica *interna* às formações sociais. Desse modo, a tarefa de explicar o motivo do movimento *de* uma ordem social *a* outra foi extinta – este é o trabalho da teoria das transições. A razão dessa dominância da teoria das transições se deve ao fato de que, durante as transições de um modo a outro, o resultado da luta de classes é “conectado” ao sistema pelas exigências funcionais das forças produtivas. O jogo é decidido para que apenas um conjunto de relações de produção tenha a possibilidade de ganhar.

O desafio dos defensores do materialismo histórico ortodoxo é apresentar um mecanismo que possa justificar que as forças produtivas possuem o poder de selecionar as relações de produção. O que tentei mostrar neste artigo é que tanto Carling quanto Wright, Levine e Sober fracassaram em suas tentativas para sustentar o materialismo histórico ortodoxo. Por outro lado, ao enfraquecerem

gradativamente as alegações que podem ser feitas em nome das forças produtivas, terminaram por expandir o papel explicativo da luta de classes – o elemento central da teoria das formas sociais. Vale lembrar que o materialismo histórico ortodoxo deve se comprometer com a visão de que as exigências funcionais das forças produtivas limitam as relações de produção de modo que estas reduzem o leque de candidatos a um grupo muito pequeno – talvez até mesmo a um único conjunto. O peso explicativo das forças produtivas está diretamente relacionado à sua capacidade de restringir a escolha das relações de produção. Carling é incapaz de demonstrar que o conflito militar pode agir como um mecanismo seletivo apropriado. Wright, Levine e Sober, por sua vez, são forçados a considerar o materialismo histórico fraco como seu ponto de partida, mas, mesmo aqui, como argumentei, o materialismo histórico fraco deve ceder lugar ao materialismo histórico minimalista. Com isso, os limites impostos pelas forças produtivas devem ser ampliados ainda mais. E a cada ampliação desses limites, o poder explicativo da luta de classes aumenta. Logo, *segundo sua própria lógica*, a busca por um materialismo histórico defensável deve levar a uma mudança do equilíbrio entre a teoria das transições e a teoria das formas sociais. De uma maneira um tanto perversa, a ambição de defender o materialismo histórico ortodoxo enfraqueceu tanto as suas alegações que a sua teoria adversária resultou numa escolha mais razoável e realista.

Portanto, o *dictum* de Marx – “a história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes” – é uma versão mais defensável do materialismo histórico. O que, definitivamente, não significa que as forças produtivas não possuem um papel causal na teoria da história. As exigências funcionais das forças produtivas são, ainda, significantes – elas ainda induzem os agentes a rejeitarem as relações de produção que imporiam uma regressão significativa dos níveis tecnológicos. Por conseguinte, elas continuam impondo algumas restrições ao leque das possíveis relações de produção durante as transições de um modo de produção a outro. A questão é que essa restrição foi suficientemente enfraquecida a ponto de raramente ser considerada protagonista nas explicações das transições históricas. O motivo é simples: nenhuma teoria da história da qual eu esteja ciente defende que regressões significativas das forças produtivas são tão prováveis quanto a sua preservação. Ao contrário, o fato de a história estar marcada por um amplo acúmulo de conhecimento técnico, e por ser rara a regressão de um nível mais alto a um nível mais baixo, aparece como central em duas das mais respeitadas teorias não marxianas da história: as teorias desenvolvidas por Ernest Gellner e Michael Mann.³⁴ Logo, quando saímos em busca da explicação de por que ao conjunto de relações de produção “A” seguiu-se o conjunto “B”, o grupo ao qual a emergência de “B” será contrastada é o conjunto “C”, o qual também pode manter

34 Ver Gellner (1988) e Mann (1986).

o nível das forças produtivas, e não os conjuntos “G” e “H”, que teriam causado uma regressão significativa. Mas, sobretudo por estes grupos raramente serem o grupo dispar, o poder inibitório da regressão das forças produtivas quase nunca é considerado na explicação de por que “B” seguiu-se a “A”. Dependemos, ao invés disso, das vicissitudes da luta de classes.

Referências bibliográficas

- ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, C.H.E. (orgs.). *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BRENNER, Robert. The Social Basis of Economic Development. In: ROEMER, John (org.). *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- _____. Marx and the Bourgeois Revolution. In: BEIER A.L., CANNADINE, David; ROSENHEIM, James M. (orgs.). *The First Modern Society: Essays in English History in Honour of Lawrence Stone*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CALLINICOS, Alex. Preface. In: _____. *Making History: Agency, Structure, and Change in Social Theory*. 2.ed. Historical Materialism Book Series, Leiden: Brill, 2004.
- CARLING, Alan H. *Social Division*. London: Verso, 2004.
- _____. Analytical Marxism and Historical Materialism – The Debate on Social Evolution, *Science and Society*, v.57, n.1, 1993, p.31-65.
- _____. Karl Marx’s Theory of History and the Recovery of the Marxian Tradition, *Science and Society*, v.70, n.2, 2006, p.275-97.
- _____. Problems of the Deep: Intention and History, *Science and Society*, v.73, n.1, 2009, p.97-109.
- COHN, Gerald Allan. *Karl Marx’s Theory of History: a Defense*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- _____. *History, Labour and Freedom: Themes from Marx*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- _____. *Karl Marx’s Theory of History: a Defense*. 2.ed. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- GELLNER, Ernest. *Plough, Sword, and Book: The Structure of Human History*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- HILTON, Rodney (org.). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Verso, 1976.
- KATZ, Claudio J. *From Feudalism to Capitalism: Marxian Theories of Class Struggle and Social Change*, Westport: Greenwood Press, 1989.
- LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. (Clarendon Edition of the Works of John Locke) [Paperback]. New York: Oxford University Press, 1975.
- MANN, Michael. *The Sources of Social Power: vol. 1, A History of Power from the Beginning to AD 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MARTIN, John E. *Feudalism to Capitalism: Peasant and Landlord in English Agrarian Development*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1983.
- RIGBY, Stephen H. *Marxism and History: a Critical Introduction*. Manchester: Manchester University Press, 1987.

- WRIGHT, Erik Olin. "Giddens" Critique of Marxism. *New Left Review*, v.I, n.138, 1983, p.11-35.
- _____. Foundations for a Neo-Marxist Class Analysis. In: WRIGHT, Erik Olin (org.). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew. Rationality and Class Struggle, *New Left Review*, v.I, n.123, 1980, p.47-68.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. *Reconstructing Marxism: Essays on Explanation and the Theory of History*. London: Verso, 1993.

O que vive e o que está morto na teoria marxista da história

VIVEK CHIBBER

Resumo: Durante as décadas de 1980 e 1990, o debate sobre a teoria marxista da história concentrou-se, em grande medida, no trabalho de Robert Brenner (e sua interpretação centrada nas relações de propriedade), bem como na tentativa de G. A. Cohen de ressuscitar o argumento determinista clássico. Esse artigo examina dois influentes argumentos: o de Erik Wright e seus colegas, e o de Alan Carling, quem, mesmo reconhecendo falhas importantes no trabalho de Cohen, tenta, contudo, construir uma versão mais plausível da sua teoria. Mostro que as tentativas de resgatar Cohen são, em geral, malsucedidas. E, na medida em que essas tentativas interpretam seu argumento de uma maneira mais convincente, fazem-no ao custo de transformá-lo, quer queiram quer não, em uma espécie de teoria da luta de classes. Concluo que esse resultado representa a falência da versão clássica do materialismo histórico, mas também observo que ele não nos deixa à mercê de uma interpretação voluntarista da história, tal como alguns defensores da teoria clássica temem.

Palavras-chave: Classe, Luta de classes, Exploração, Modo de produção, Tese da otimidade, Relações de produção, Forças produtivas, Formas sociais.

Abstract: During the 1980s and 1990s, the debate on the Marxist theory of history centered largely around the work of Robert Brenner's property-relations-centered construal of it, and G.A. Cohen's attempt to revive the classical, determinist argument. This article examines two influential arguments by Erik Wright and his colleagues, and by Alan Carling, which acknowledge important weaknesses in Cohen's work, but which also try to construct a more plausible version of his theory. I show that the attempts to rescue Cohen are largely unsuccessful. And, to the extent that they render the argument plausible, they do so at the cost of turning it, willy-nilly, into a kind of class-struggle theory. I conclude that this spells

the demise of the classical version of historical materialism, but also observe that this does not leave us with a voluntaristic understanding of history, as some of its defenders fear.

Keywords: Class, Class-struggle, Exploitation, Mode of production, Optimality-thesis, Production relations, Productive forces, Social forms.

A atualidade da abolição da família monogâmica

SERGIO LESSA

Resumo: A superação da família monogâmica, articulada à superação do Estado, das classes sociais e da propriedade privada, faz parte da plataforma estratégica comunista clássica. O texto argumenta que, apesar de praticamente abandonada pelas forças políticas atuais, a superação do patriarcalismo continua imprescindível para a transição ao comunismo (no sentido marxiano da expressão).

Palavras-chave: Patriarcalismo, Revolução proletária, Família monogâmica, Comunismo.

Abstract: The overcome of the monogamic family, along the overcoming of the State, social classes and of private property, was part of the classic Communist strategic platform. The text argues that, in spite of practically abandoned by the current political forces, the overcome of patriarcalism is still indispensable for the transition to communism (in the Marxian sense of the expression).

Keywords: Patriarcalism, Proletarian revolution, Monogamic family, Communism.

Marx, el dinero y la crítica

JOSÉ GUADALUPE GANDARILLA SALGADO

Resumo: En este artículo se trata de discernir lo que está en juego en el “Capítulo del dinero” correspondiente a la obra de Karl Marx, *Grundrisse*, y se sostiene que en tal análisis y crítica del dinero se juega una disputa de poder y la formulación de una clara argumentación política al respecto. El vector que orienta las apreciaciones políticas del filósofo de Tréveris es el de un principio, el de la vida humana, entendida como esquivamiento y satisfacción de la necesidad, y el de la libertad, como posibilidad de actuación ante la contingencia. Para esgrimir una “otra política”, se parte de alertar sobre los peligros de la mercantilización absoluta de la vida, y se lo hace colocando como locus arquimédico epistemológico de la crítica “el punto de vista del individuo vivo”.

Palavras-chave: Teoría del dinero, Sociedad civil, Crítica de lo político, Karl Marx.